



ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: reflexões baseadas num intercâmbio entre Brasil e Portugal

Rebeca Souza Amorim*
Gloria Lucia Magalhães**

RESUMO

Este trabalho aborda a alfabetização de adultos por meio de reflexões baseadas num intercâmbio entre Brasil e Portugal; Tal abordagem se faz necessária devido ao atual cenário político mundial e a importância da alfabetização dos adultos em qualquer região, pois através de dados estatístico entende-se a alta porcentagem de analfabetos atualmente, e quais são as desvantagens que isto pode trazer para sua existência e seu território. A finalidade deste estudo é identificar a condução de políticas públicas brasileiras e portuguesa da atualidade, referentes à educação de adultos, conforme a sua trajetória histórica. Este propósito será alcançado a partir de coletas de dados que foram realizadas através da busca e da leitura de documentação e artigos disponível para o acesso na internet e livros. O estudo demonstrou que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil ainda possui uma deficiência relacionada à formação dos professores em sua prática educacional, onde os mesmos com somente sua formação gradual não tem experiências e estratégias suficientes para suprir as necessidades dos alunos adultos. Todavia, em Portugal a Educação e Formação de Adultos (EFA) tiveram grandes impulsos relacionados a programas de formação, existindo em 2010 mais de 450 centros em escolas profissionais. Acredita-se que este tema possa contribuir para uma melhor compreensão das trajetórias que a Educação e Formação de Jovens e Adultos enfrentaram durante muitos anos; as dificuldades encontradas desde o princípio que impossibilitaram a expansão dos projetos de ensino e aprendizagem de adultos e os colocaram

* Rebeca Souza Amorim. Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Três Pontas.
rebecasouza_amorim@hotmail.com

**Gloria Lucia Magalhães. Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Três Pontas.
gloria.reis@professor.unis.edu.br



nas condições atuais.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização. Brasil. Portugal

1 INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma temática retratada em diversas regiões, onde em cada uma delas a alfabetização teve um processo histórico divergente e hoje se encontram em distintos patamares. O presente artigo retrata o seguimento da EJA em dois países, Brasil e Portugal, apresentando uma breve sequência histórica de ambos os países em relação ao tema; os dados estatísticos de analfabetos em cada região, e como se encontra atualmente a situação local da Educação de Jovens e Adultos.

A escolha deste tema se deve ao fato de considerar fundamental a alfabetização na atualidade, sendo que a educação de indivíduos se faz necessária para que os mesmos desenvolvam autonomamente as tarefas básicas do dia-a-dia ou até mesmo cumpram o seu papel de cidadão ativo. Desta forma, diante do atual cenário político mundial, percebe-se a importância da alfabetização dos adultos, pois através de estatísticas entende-se a alta porcentagem de analfabetos. Sendo assim, é necessária a compreensão dos dados históricos referentes ao analfabetismo de cada país e como se encontra a Educação e Formação de Jovens e Adultos atualmente, identificando a legislação vigente referente à alfabetização de adultos existentes atualmente no Brasil e em Portugal, e quais os impactos sociais que os mesmos inserem e transformam na vida de seus cidadãos.

O objetivo geral deste artigo é identificar a condução de políticas públicas brasileiras e portuguesas da atualidade, referentes à educação de adultos; e ao decorrer do texto, descrever a legislação vigente no Brasil e em Portugal; apresentar dados históricos e estatísticos sobre o tema nos dois países; e por fim, analisar a atual situação da educação de jovens e adultos em ambas as regiões.

Quanto à metodologia, optou-se pelo método hipotético-dedutivo. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica que será realizada por meio da leitura de obras e artigos científicos.

VI SIMGETI – Grupo Educacional Unis – Varginha, 23 e 24 de novembro de 2020 –

ISSN: 2447-7303

A princípio será retratado o tópico legislação vigente no Brasil e em Portugal. Apresentando quais leis incentivam e garantem a educação de adultos nos países, evidenciando quais indivíduos tem direito a alfabetização na idade adulta e apontar quais são os objetivos do Plano Nacional de Alfabetização e a Educação de Base de Adultos.

Na subdivisão dos dados históricos e estatísticos sobre o analfabetismo no Brasil e em Portugal, será detalhado o processo da educação de jovens e adultos (EJA) em ambos os países, que passa por três períodos no Brasil: colônia, império e república; e da início no ano de 1974 em Portugal. Demonstrando quais foram os primeiros projetos, leis e planos de alfabetização para adultos, e os empecilhos que os mesmos encontraram para se desenvolver, apontando em que patamar se encontra a EJA nos últimos anos. Quanto aos dados estatísticos, foram demonstrados que ainda existe uma porcentagem muito alta de analfabetos entre os 15 e 64 anos de idade em ambas as regiões analisadas.

Por fim, em relação a atual situação da educação de jovens e adultos no Brasil e Portugal, será apresentado em que estágio se encontra a EJA na atualidade. Evidenciando quais desafios ainda são encontrados nos projetos de alfabetização; salientando se as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) foram alcançadas, e quais programas fazem parte do processo atual de alfabetização.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: legislação vigente no Brasil e em Portugal

Considerando a importância da alfabetização na atualidade, este estudo tem como objetivo realizar uma breve revisão das políticas públicas brasileiras e portuguesas da atualidade, referentes à educação de adultos e jovens.

Inicia-se com excertos da legislação brasileira: A Constituição Federal de 1988 estabelece que "a educação é direito de todos e dever do estado e da família" [...] e ainda ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ela não tiveram acesso na idade escolar. Referindo-se a educação de jovens e adultos (BRASIL, 1988, s.p).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira LDB 9394/96 a EJA encontra-se amparada no Título V (dos níveis e da modalidade de educação e ensino), no capítulo II (de



educação básica), seção V, em dois artigos relacionados, especificamente, sendo eles:

Art.37- A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso de continuidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria.

Inciso I Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames. Inciso II O poder público viabilizará e estimulará o acesso à permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996, s.p).

O artigo 38 complementa as orientações do atendimento:

Art. 38- Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Inciso I Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: No nível de inclusão do ensino fundamental, para os níveis de quinze anos. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. Inciso II Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996, s.p).

Percebe-se que os princípios legais referentes à EJA no Brasil apresentam-se substanciais, no entanto necessita-se de metas para que sejam cumpridas.

A Lei nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação¹ e apresenta a meta nove com a seguinte proposta:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014, s.p).

Considerando que no Brasil, a taxa de analfabetos é de 12,9 milhões de pessoas, cinquenta por cento, daria em torno de 6 milhões de brasileiros alfabetizados por essa modalidade de ensino.

Os autores Rezende Pinto et al (2000, p. 512) afirmam “que o analfabetismo é um

¹ Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005/2014, através de vinte metas determina diretrizes e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 16 de jun. 2020.



fenômeno que está presente com maior predominância não só nas regiões mais pobres do País como, também, na periferia dos grandes centros urbanos”.

Em relação à legislação de Portugal. Segundo Guimarães (2010), foi aprovado em 1979 o Plano Nacional de Alfabetização, e a Educação de Base de Adultos. Os objetivos principais desses planos eram: a) reduzir o número de analfabetos; b) facilitar o acesso de adultos na escolarização obrigatória; c) articular formação de profissionais e educação popular, com a educação de base para adultos. Buscava-se melhorar a qualidade da educação através de ações; evitar regressões culturais e atender as necessidades básicas e as diversidades da população portuguesa.

De acordo com a autora:

O referido Plano previa que estes objetivos fossem concretizados por educadores que possuíssem um perfil comum em termos de capacidade, experiência e prática. Porém, admitia que possuíssem formação profissional de base diferente, histórias pessoais variadas e percursos de intervenção social diferenciados. A preferência pela promoção de ações de educação de adultos ia para os animadores locais, bem como para outros profissionais oriundos de setores distintos, sendo o recurso a professores conjuntural (GUIMARÃES, 2010, p. 779).

Guimarães ainda acrescenta:

[...] os critérios de seleção envolviam valorizar a experiência de vida destes educadores, obtida fora da escola, associada a uma cultura geral assente na reflexão e sistematização dos conhecimentos obtidos, tal com a capacidade de integração no meio em que desenvolviam a ação e a experiência de trabalho com as comunidades e grupos locais (GUIMARÃES, 2010, p. 779).

Desta maneira, os aspectos experiência de vida dos educadores, capacidades experiências e prática eram levados em consideração para que ocorresse a devida contratação.

Todavia, entre 1998 e 2010, as orientações da união europeia influenciaram intensamente sobre a perspectiva de aprendizagem. Apesar da autonomia dos diversos estados-membros para definição e implantação de políticas no que se refere à educação, percebeu-se a intenção de exercer intervenção, influência e orientações a nível nacional por parte da mesma (CAVACO, p. 67).

Consoante à autora,



Durante o período em análise, as políticas públicas em Portugal deram um enfoque particular à educação de adultos, o que contribuiu para a visibilidade e reconhecimento social deste domínio educativo. O grande investimento das políticas públicas, entre 2000 e 2011, no aumento da qualificação escolar dos adultos permitiu uma melhoria considerável nos níveis de escolaridade da população Portuguesa, o que é notório na comparação dos Censos de 2001 e 2011. (CAVACO, 2016, p. 58).

Em conclusão, ao enfocar na educação de jovens e adultos e ao decorrer dos novos investimentos de políticas públicas, houve um aumento na qualidade dos níveis de escolaridade da população Portuguesa.

2.1 Dados históricos e estatísticos sobre o analfabetismo no Brasil

Os dados estatísticos do analfabetismo atuais estão estritamente relacionados aos planos educacionais traçados no passado do Brasil.

Segundo Braga; Mazzeu (2017), a educação da população brasileira, colonizada pelos portugueses, teve como início um projeto de “domesticção” que pretendia usar a colônia como um negócio lucrativo economicamente. Deste modo, introduziu-se no Brasil uma cultura ocidental através de um projeto que envolvia três aspectos: colonização, educação e catequese. Por conseguinte, ignorou-se a educação utilizada a milhares de anos que existia entre a nação indígena. Os autores ainda afirmam que “nossas comunidades indígenas não desenvolveram sistemas próprios de escrita” (BRAGA; MAZZEU, 2017, p. 5).

Segundo os autores citados:

A primeira tentativa de alfabetização ocorreu por meio da Igreja Católica, quando da chegada dos padres jesuítas ao país. O ensino jesuítico dirigia o olhar para o entendimento das Sagradas Escrituras e baseava-se na leitura, na escrita e no cálculo (BRAGA; MAZZEU, 2017, p. 5).

Desse modo, pode-se perceber a dimensão da influência que os colonizadores portugueses possuíam na nação ancestral brasileira.

Ao ser analisado os conhecimentos gerais sobre a história do Brasil verifica-se que sempre ocorreu o fato de que os brancos, ricos e filhos dos colonizadores, não interagiam com os

VI SIMGETI – Grupo Educacional Unis – Varginha, 23 e 24 de novembro de 2020 –
ISSN: 2447-7303

colonizados, havia uma separação entre classes. Contudo, Braga; Mazzeu (2017) demonstram que não era desta forma. Os autores citam Freire (1989) e afirmam que no período de tempo entre 1549 a 1570 nas cartas de Nóbrega², especialmente em uma destinada ao padre Luís Gonçalves da Câmara, verifica-se a existência de escolas onde indígenas e filhos de colonos juntos recebiam as instruções da época. Todavia, com a morte de Nóbrega, as escolas focaram apenas na educação dos filhos dos colonos e brancos (BRAGA, MAZZEU, 2017).

No entanto, todo o processo educacional vivenciado até então sofreu alterações:

Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, surge uma nova modalidade de ensino: as aulas régias, ou aulas avulsas, nas quais a responsabilidade pela educação passa da Igreja para o Estado. A partir de então decorreu um período de educação deficiente, durante o qual as escolas foram abandonadas e praticamente nenhum investimento foi efetuado. Foram 13 anos sem escolas [...] (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 7).

Desta forma, sem escolas e investimentos, a educação deu um lento passo no tempo.

No período do império, em 1822 o Brasil obteve sua independência, e fez-se necessário a criação e divulgação de uma constituição, que foi concedida em 1824 (BRAGA, MAZZEU, 2017). No entanto, a escolarização deveria ser para todos e alcançar toda a população, mas a nação ainda era escravocrata. Sendo assim, não ocorreu, atingindo apenas os homens livres, pois com a crise econômica que se seguiu, a educação não era prioridade (Op. Cit, 2017).

Em 1876, o Brasil possuía uma população livre registrada em 8.419.672 habitantes, onde excluindo os menores de cinco anos, 5.579.945 eram analfabetos (Op.cit, 2017).

Segundo Braga; Mazzeu (2017, p. 8) “Em 1878 foram criados cursos de alfabetização de adultos (instrução primária), destinados aos homens analfabetos com idade superior a quatorze anos na condição de libertos ou livres”.

² Manuel da Nóbrega foi um padre português que chegou ao Brasil no ano de 1549, juntamente com o governador-geral Tomé de Souza, chefe do primeiro grupo de jesuítas que foram enviados para cá com o objetivo de catequizar os povos nativos, ou seja, converter os índios brasileiros ao catolicismo. Em 1544, tornou-se sacerdote na Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loyola, denominados jesuítas ou “soldados de Cristo”. Nóbrega escrevia suas cartas a, entre outros, Inácio de Loyola e Dom João III, rei de Portugal e contava, além das belezas da terra, sobre a docilidade dos índios e o interesse pelo catecismo. Padre Manuel da Nóbrega. In **Britannica Escola**. Web, 2020. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/padre-Manuel-da-Nóbrega/483409>>. Acesso em: 23 de maio de 2020.



Tratava-se de sistema rígido de punições, regras, recompensas e aulas diárias com poucas durações. Para a conclusão do curso, os alunos necessitavam executar uma prova escrita de 30 minutos com todo o conteúdo ensinado durante o ano, uma prova oral com banca que poderia reprová-los através de votos, e para derrubar os analfabetos. Seriam levadas em conta no momento do julgamento dos exames, as notas de aplicação e comportamento que os próprios professores apresentavam à comissão julgadora (BRAGA, MAZZEU, 2017).

Como afirmam os autores, (2017, p. 10) “[...] pode perceber, a disponibilidade legal da educação de jovens e adultos foi carregada de empecilhos e incentivos à desistência”.

Segundo Ferraro (2002), a questão do analfabetismo ficou ainda mais grave com a reforma eleitoral de 1882 (Lei Saraiva), que permitiu o voto às pessoas de baixa renda, mas permaneceu excluindo os analfabetos, que somente tiveram acesso ao voto em 1891, através da Constituição Republicana de 1891, necessária após a divulgação internacional do senso de 1890 que expõe a taxa de analfabetismo brasileiro como a mais alta entre os países pesquisados, alcançando a surpreendente taxa de 82,63% para a população de 5 anos e mais (PAIVA, 1990, p. 9-10 apud FERRARO, 2002, p. 27) .

Em 1910, no período republicano, os líderes socialistas verificaram que o analfabetismo era um obstáculo para a propagação de suas ideias de justiça; distribuição de riquezas e igualdade, já que os analfabetos poderiam não entender seus planos. Defenderam então o ensino gratuito, obrigatório e técnico-profissional; manutenção de escolas públicas; combate ao ensino religioso e ensino laico. Conseguiram assim, a criação de bibliotecas populares e escolas operárias (BRAGA, MAZZEU, 2017).

Ferraro (2002) relata que, a partir de 1972, para a população de 5 ou mais: de 1872 a 1890 a taxa de analfabetismo estava entre 82,5%; 1890 a 1950 a taxa sofre uma queda constante para 57,2%; 1950 a 1960 a redução passa para a taxa de 46,7%; entre 1970 a 2000, acontece uma desaceleração da queda para sucessivamente 38,7%, 31,9%, 24,2% e 16,7% (FERRARO, 2002, p. 33).

Boeing et aliae (2015) relatam que a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo foi a primeira grande campanha contra o analfabetismo, surgida no inicio da década de 1960, a partir das



discussões entre intelectuais sobre “O Brasil que queremos?” e “Como ter um Brasil se não fizermos todos participarem da democracia e de outros bens e direitos?” (BOEING et aliae, 2015, p. 8404). Seu lema era: “Combater o Analfabetismo é dever de Honra de todo o povo Brasileiro”.

Para a diminuição do analfabetismo:

[...] foi criada em 1915 a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, regulamentada em 7 de setembro com o lema: “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”. A Liga lutou pela obrigatoriedade do ensino primário e pelo objetivo de alcançar um país sem analfabetos em 7 anos, ou seja, lançou a meta de chegar ao centenário da Independência livre do analfabetismo. [...] Quanto aos resultados, a redução foi um decréscimo anual de 5%, conseguindo atingir em 1921 uma taxa de 65% de analfabetos (BRAGA, MAZZEU, 2017, P. 13).

Entretanto, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo não foi suficiente:

As taxas de analfabetismo continuavam altas: no ano de 1920, considerando adultos e jovens acima de 15 anos, possuímos aproximadamente 65% de analfabetos e em duas décadas ocorre uma lenta redução fazendo com que se atingisse 56,22% em 1940. [...] Os números mostram que em 1935, 54% das crianças estavam fora da escola; já em 1955 eram 26%. Porém, as crianças excluídas da escola em 1935 eram pouco mais de 5 milhões e em 1955 passavam de 6 milhões (BRAGA, MAZZEU, 2017, p. 14).

Pode-se afirmar que a luta pela alfabetização de jovens e adultos no Brasil é um problema que nasceu com o país e sendo postergado ao longo dos seus mais de 500 anos de história.

O Movimento de Cultura Popular (MCP), iniciado em maio de 1960 por Paulo Freire (FREIRE, 1989) que era Diretor de pesquisa e coordenador do Projeto de Educação de Adultos no Recife, era outro movimento com objetivo de alfabetizar utilizando novos métodos de aprendizagem, que, todavia, não obteve investimentos financeiros e se limitou ao Recife e ao Rio Grande do Norte (BRASIL, 2014 apud BOEING et aliae, 2015, p. 8404).

Pinto et al (2000), afirmam que, tão antigas quanto o analfabetismo no Brasil, são as tentativas de erradicá-lo, podendo citar dentre elas:

[...] Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de



Bispos do Brasil – CNBB); Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização – Moberal (1968- 1978, governos da ditadura militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Educar (1985, governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – Pnac (1990, governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada em 1993, pelo Brasil, em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, governo Itamar Franco); e, finalmente, o Programa de Alfabetização Solidária (1997, governo Fernando Henrique Cardoso) (PINTO; et al; 2000, p.523).

Acrescentando ainda a esta relação, o Programa Brasil Alfabetizado (2003, governo Luiz Inácio Lula da Silva).

Em relação aos dados estatísticos do analfabetismo no Brasil, Braga, Mazzeu (2017) tomam o ano 2000 como referência e afirmam que, de acordo com a IBGE a taxa de analfabetismo no Brasil ainda era alta. Acumulava 16 milhões de analfabetos de 15 anos ou mais, o que equivalia a 13% da população nesta idade; 27,3% de analfabetos funcionais; taxas de abandono de 12% no ensino fundamental e 16,6% no ensino médio; e uma taxa muito menor de docentes com nível superior no fundamental público (45,9%) comparado ao ensino privado (62,5%).

Os autores ainda informam que utilizando dados do IBGE de 2015, o Brasil possui um alto número de pessoas que não sabem ler e escrever; acredita-se que neste mesmo ano, 8% da população sejam analfabetas (BRAGA, MAZZEU, 2017).

O Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019 apresentou os dados dos anos de 2016 e 2017, que apontam uma relativa queda no número de crianças e jovens fora da escola, porém, são poucos os motivos para se comemorar. De acordo com o documento, na faixa etária entre 15 e 17 anos, 932.280 jovens estavam fora da escola no ano de 2016 e em 2017, esses números caíram para 903.174. O número é ainda mais alarmante quando apresenta que, a cada 100 jovens que ingressam na escola, somente 64 se formam no Ensino Médio, com apenas 29,1% de aprendizagem adequada em Português e 9,1% de aprendizagem adequada em Matemática. Números alarmantes que demonstram um dos problemas que a educação brasileira enfrenta e assim, faz aumentar as desigualdades sociais (BRASIL, 2019).

2.2 Dados históricos e estatísticos sobre analfabetismo em Portugal

Neste tópico será apresentada uma breve síntese sobre os dados históricos e estatísticos de Portugal.

Em se tratando de dados históricos, os autores Lima; Guimarães (2018) afirmam que a descontinuidade pode ser considerada como fator que interferiu de forma significativa no combate ao analfabetismo em Portugal. “Observada a partir da Revolução Democrática de 1974, a educação de adultos em Portugal revelou-se um campo profundamente marcado por políticas educativas intermitentes em termos da sua presença/ausência ao longo das últimas quatro décadas” (LIMA; GUIMARÃES, p. 4, 2018).

Segundo os autores, as políticas públicas direcionadas à educação de adultos em Portugal, desde 1974, estão pautadas em três lógicas: a lógica democrática-emancipatória; a de modernização e de controlo estatal; e a lógica da gestão de recursos humanos.

Essas lógicas são tratadas em articulação com os desenvolvimentos e as principais características das políticas públicas de educação de adultos nos últimos 40 anos, destacando-se a influência da União Europeia no que se refere à ênfase atribuída à tendência vocacionalista e de gestão de recursos humanos (LIMA; GUIMARÃES, p. 1, 2018).

Ou seja, a competitividade econômica e de produção de mão de obra qualificada, comandada por orientações de tipo vocacionalista e de produção de capital humano são fortemente inspiradas pela União Europeia, tendo esta lógica acompanhada de profundas tensões em termos de práticas, como no caso do reconhecimento, validação e certificação de competências³. Reafirmando dessa maneira a necessidade de erradicação do analfabetismo no país.

De acordo com Cavaco (2018), no decorrer do período da monarquia, em 1900, a população

³ Reconhecimento, validação e certificação de conhecimento – RVCC – compreende um acompanhamento necessário e exige, pois, a criação de condições para que seja possível descrever e nomear saberes, de modo a haver apropriação consciente e reconhecimento pessoal das competências mobilizadas na ação, que se trata do sistema reconhecer, entre outros, as vivências, os conhecimentos, adquiridos através da educação informal, ou seja, a bagagem dos indivíduos. DUARTE, António. Reconhecimento, validação e certificação de competências. As percepções de um grupo de profissionais hospitalares. [S.I.], v. 4, n. 1, jul. 2010. ISSN 1809-3876. **Revista E-Curriculum**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/3213/2135>>. Acesso em: 16 de jun. 2020.



portuguesa se estimava em aproximadamente 78,6% de analfabetos, sendo assim, a maior parte da população não sabia ler nem escrever.

Após 20 anos, ocorreu uma diminuição nos dados, porém com um processo muito lento. Segundo Cavaco (2018 p. 7) “Em 1920, na I República, a taxa de analfabetismo situava-se nos 71%, notando-se uma evolução muito lenta na alfabetização da população, durante um período temporal de 20 anos”. Desta forma, a escolarização dava passos estritamente pequenos.

Contudo, a lenta e progressiva evolução da alfabetização portuguesa foi uma característica que se manteve durante muitos anos até a atualidade. Todavia, essa situação se comparava com as de outros países da União Europeia, em que nos mesmos a educação progressiva se desenvolveu entre os séculos XVIII e XX, onde 97% dos homens e 94% das mulheres sabiam assinar seus próprios nomes durante o período de 1901 e 1906 (CAVACO, 2018).

Cavaco (2018) ainda compara que em Portugal a taxa de escolarização em 1910 era aproximadamente a mesma da Espanha entre os anos de 1850 a 1860, percebendo-se assim que o acesso à escola se tornou um problema durante o momento histórico.

Ao decorrer do período do Estado Novo, entre aproximadamente 1926 e 1974, continuaram-se elevados às taxas de analfabetismo, em um plano de “obscurantismo programado” (CAVACO, 2018). A autora explica:

A escola nesse período histórico servia, essencialmente, como ferramenta de doutrinação das crianças e de difusão da propaganda dos ideais do governo. Contudo, a partir de 1945 com a progressiva pressão de organismos internacionais, como a UNESCO e o Banco Mundial, o governo viu-se forçado a promover, progressivamente, o acesso à escola e a investir em campanhas de alfabetização de adultos, como forma de modernização do país e de diminuição do analfabetismo (CAVACO, 2018, P. 22).

Sendo assim, foram disponibilizados acessos às escolas e criados programas de alfabetização de adultos.

No entanto, para Cavaco (2018), ao invés de diminuir os problemas de analfabetismo em Portugal, essas ações do Estado foram utilizadas apenas para melhorar a imagem do governo no exterior.

A autora nos relata:

VI SIMGETI – Grupo Educacional Unis – Varginha, 23 e 24 de novembro de 2020 –
ISSN: 2447-7303



O progressivo investimento na escolarização das crianças permite justificar as diferenças na taxa de analfabetismo entre as pessoas que nasceram antes e após 1946. A taxa de analfabetismo aumenta de 2 a 4 décimas nos grupos etários entre os 10 e os 64 anos, o que revela uma progressiva escolarização desde 1946 (CAVACO, 2018, P. 23).

Ao investir apenas na educação das crianças faz com que o número de adultos analfabetos aumente com o decorrer dos anos.

A ideia era que ao investir na educação de crianças, com o passar dos anos e das gerações, o problema do analfabetismo cessaria. Pois, o que ajudaria seria o fato de que os adultos analfabetos tenderiam a minimizar com o passar dos anos já que a taxa de analfabetos era mais elevada entre os mais velhos, que diminuíram em um processo natural (CAVACO, 2018).

Entretanto, o problema não se resolveu:

[...] e tende a não se resolver na totalidade, porque embora tenham sido feitos esforços para assegurar o acesso a uma escolaridade obrigatória cada vez mais longa, os dados estatísticos revelam a persistência do analfabetismo entre os grupos etários mais jovens (CAVACO, 2018, p. 23).

Desta forma, percebeu-se que o analfabetismo não era uma característica apenas da população adulta, mas sim um fato existente também na geração mais nova.

Lima; Guimarães (2018) relatam que devido ao período de crise e ajustamento econômico, vividos no país, a política de educação de adultos foi interrompida, enfatizando a descontinuidade que este projeto tem como característica. Segundo os autores, desde meados de 2016, a partir do governo de Marcelo Rebelo de Sousa, tímidas iniciativas têm “permitido retomar ofertas públicas certificadas, como o reconhecimento, validação e certificação de competências e os cursos de educação e formação de adultos” (LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 4), que só enfatizam as fortes descontinuidades que esta modalidade enfrenta, pelo menos, há quatro décadas.

Compreendeu-se assim que através de uma escolarização mais ampla não se resolveria a existência do analfabetismo entre os mais jovens, seria necessário também disponibilizar condições de acesso e sucesso educativo (CAVACO, 2018).

Conforme a autora, atualmente, os dados de analfabetismos em Portugal são um fator
VI SIMGETI – Grupo Educacional Unis – Varginha, 23 e 24 de novembro de 2020 –
ISSN: 2447-7303



silenciado por diversas razões, entre as quais um país que está devidamente posicionado entre os ditos “desenvolvidos” na União Europeia, não deveria apresentar um número significativo de jovens e adultos que não sabem ler nem escrever.

Cavaco (2018) ainda declara:

Outra razão que justifica o silenciamento e a invisibilidade deste fenómeno é a sua associação exclusiva aos idosos inativos, com idade superior a 65 anos, sendo que as políticas públicas na União Europeia e em Portugal, integradas na perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida, têm apenas em conta as pessoas em idade ativa (CAVACO, 2018, P. 24).

Assim sendo, vários fatores levam a deixar os dados referentes ao analfabetismo ocultos.

Em suma, entendeu-se que em todas as faixas etárias existentes há analfabetismo, incluindo jovens e adultos entre 15 e 64 anos de idade. Ou seja, existem mais de 100 mil pessoas analfabetas no grupo de idade ativa em Portugal (CAVACO, 2018).

Desta forma, independente da faixa etária, o analfabetismo ainda é presente no País.

3 Atual situação da educação de jovens e adultos no Brasil

Neste tópico abordaremos, através de artigos relacionados a dados concretos, como se encontra a atual situação da educação de jovens e adultos no Brasil.

Através de uma pesquisa realizada a partir de questionários no mês de Junho de 2014 em uma escola pública de Uberaba – MG, pesquisadores caracterizaram o perfil dos docentes e alunos na modalidade EJA deste município. Dentre as quais, perceberam que é necessário ampliar as capacitações dos docentes e estimular alunos (MELO; SANTOS; MARTINS; 2015).

Os resultados destas entrevistas demonstraram que existe uma deficiência relacionada à formação dos professores em sua prática educacional, que acabam por levar os mesmos a trabalhar com o método tradicional (MELO; SANTOS; MARTINS; 2015).

Entretanto, esta forma de ensino não era suficiente para os grupos do EJA que necessitavam de estratégias didáticas apropriadas:



O ensino da EJA prevê estratégias didáticas adequadas a este grupo (que é diverso – adolescente, idoso, trabalhadores, entre outros), que pedem por conta disso um professor com preparo especial, para além da graduação, de no mínimo uma especialização que possa discutir temas correlacionados a esta tipologia educacional (MELO; SANTOS; MARTINS; 2015, p. 66).

Desta forma, necessitava-se que professores tivessem um preparo além da graduação para fornecer as estratégias didáticas necessárias aos grupos da EJA. Em relação aos alunos, notou-se que distribuir as horas entre trabalho e estudos era um empecilho:

[...] a opção entre estudar concorre com a jornada de trabalho, em que é preciso muita assertividade para decidir fazer os dois simultaneamente, situação que pode estar relacionado a qualquer nível de ensino, mas que aqui se fala de um contexto de “alguém que busca recuperar os estudos” (MELO; SANTOS; MARTINS; 2015, p. 66).

O jovem que está inserto em um trabalho ou desempregado, que normalmente é mais comum, se disponibiliza ao EJA, procurando por mais conhecimentos com o objetivo de encontrar melhores ofertas no mercado de trabalho (MELO; SANTOS; MARTINS; 2015).

Para Melo; Santos; Martins (2015) ao final percebeu-se que é necessária uma melhor capacitação aos docentes, já que as dificuldades da EJA são diferentes do ensino regular. E referente aos alunos, os incentivos de empresas devem ser maiores, buscando inserir o cidadão aluno no mercado de trabalho.

Em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), foram realizadas análises as abordagens conferidas à educação de jovens e adultos em seus documentos preparatório e final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2001-2010, percebendo-se assim que as metas para a educação não foram alcançadas (PIERRO, 2010).

Nas investigações realizadas, Pierro (2010) demonstrou que apesar das inscrições nos programas de alfabetizações terem sido altas, o analfabetismo se manteve forte e em um processo lento:

Embora as estatísticas populacionais registrem um crescimento no número de pessoas que participam de programas de alfabetização, repercutindo o engajamento de estados e municípios nas campanhas lideradas pelo governo federal no período, as taxas de analfabetismo mantiveram a tendência histórica de recuo bastante lento [...]. Nesse ritmo, o



Brasil também não cumprirá, em 2015, o compromisso da iniciativa de Educação para Todos de reduzir pela metade o índice de analfabetismo de 13,6% registrado em 2000 (PIERRO, 2010, p. 946).

Desta forma, os resultados não foram satisfatórios. Pierro (2010) ainda acrescenta:

Esses resultados frustrantes no terreno da alfabetização são atribuídos pelas pesquisas e avaliações das campanhas a pelo menos três fatores combinados: a superestimação de participantes, devida à atribuição da responsabilidade de formação de turmas aos alfabetizadores e à escassa fiscalização; problemas de focalização do programa, que inscreveria, em grande medida, pessoas já alfabetizadas e não o público alvo prioritário constituído por analfabetos absolutos; escassos resultados de aprendizagem, devidos à duração insuficiente dos cursos, à frequência intermitente e evasão dos alfabetizandos, à seleção inadequada e precária formação dos alfabetizadores, entre outros aspectos relativos à qualidade dos cursos (PIERRO, 2010, p. 947).

Sendo assim, a PNE 2001-2011 demonstrou ter diversos aspectos que interferiram em seu processo. Em conclusão, compreendemos que apesar da Alfabetização de Jovens e Adultos ser um projeto ainda trabalhado no Brasil, alguns dados atuais demonstram que o programa necessita ser ajustado e melhorado em diversas áreas, para que o mesmo possa crescer com resultados mais satisfatórios.

3.1 Atual situação da educação e formação de adultos em Portugal

Para a devida compreensão da atual situação da Educação e Formação de Adultos em Portugal, algumas pesquisas serão analisadas e demonstradas ao decorrer deste tópico.

Segundo Guimarães (2010) alguns desafios com os quais educadores de adultos confrontaram foram discutidos ao ser realizado uma coleta de dados a análises documentais e entrevistas com profissionais responsáveis pela educação de adultos.

Desta forma, foram observadas que após 2005, programas como o RVCC e alguns cursos de Educação e Formação de Adultos receberam um grande impulso no quadro da Iniciativa Novo Oportunidades⁴. Retomando as ofertas do programa S@ber+⁵ que permitiam adultos contemplar;

⁴ Iniciativa Novas Oportunidades (INO), programa lançado pela antiga Agência Nacional para a Educação e a Formação de Adultos (ANEFA) em 2006, que tinha como principal finalidade contribuir para o aumento das VI SIMGETI – Grupo Educacional Unis – Varginha, 23 e 24 de novembro de 2020 –



recuperar e progredir nos estudos, através de conhecimentos adquiridos ao longo da vida em contextos formais ou informais (GUIMARÃES, 2010).

De acordo com Guimarães (2010, p. 786) “em 2010, existiam mais de 450 Centros, dentre os quais mais 300 em instituições do ensino básico, secundário e superior, em escolas profissionais ou centros de formação profissional”.

Através desta atitude, diversos profissionais foram contratados:

[...] a Iniciativa levou à contratação de muitos profissionais. Não havendo formação graduada em educação de adultos, estes educadores apresentavam formações iniciais muito variadas, mesmo que em nível da Licenciatura e majoritariamente no domínio das ciências sociais. A publicação de legislação relacionada com o trabalho destes educadores levou à existência de tarefas mais homogêneas e específicas, orientadas por objetivos distintos daqueles que guiavam as funções de profissionais de outros domínios sociais e educativos (GUIMARÃES, 2010, p. 786).

Por fim, através da contratação de novos profissionais foram alteradas radicalmente as características dos profissionais que já trabalhavam com educação de adultos. Transformando-os e os tornando mais qualificados e exigentes à formação continuada (GUIMARÃES, 2010).

Em relação aos métodos de aprendizagem do ser humano, pode-se afirmar que muitos conhecimentos são adquiridos em processo informais, e em Portugal não é diferente. De acordo com Távora; Vaz; Coimbra (2012) um método importante atualmente são o reconhecimentos e as validações dos processos educativos não escolares, pois se sabe que a formação/educação de um indivíduo não se reduz a apenas uma parte de sua existência, mas sim de toda a sua vida.

E quando se é falado em aprendizagem ao longo da vida, nos dias de hoje, diversos adultos

qualificações escolares e profissionais da população adulta, com o objetivo de qualificar um milhão de adultos até 2010. DOUTOR, Catarina; QUINTAS, Helena; RIBEIRO, Carlos Miguel, FRAGOSO, António. “Iniciativa Novas Oportunidades” e “NOL+”: dois estudos de caso no Algarve (Portugal). **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n. 63 out.-dez. 2015. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-0907.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. 2020.

⁵ O Programa de Ação S@ber+ é um Programa para o Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos, 1999-2006, com que se iniciou a agenda do século XXI, apresentou e disseminou o novo conceito de educação para adultos, que deixa de ser educação de adultos (EA) e passa a receber a nomenclatura de educação e formação de adultos (EFA). BARROS, R. A educação de adultos em Portugal e os traços da política global em tempos de austeridade. **HOLOS**, Ano 34, Vol. 02. Disponível em <www2.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 16 de jun. 2020.



analfabetos já conquistaram empregos através de conhecimentos adquiridos informalmente. Entretanto, muitos se disponibilizam a recuperar seus estudos, até mesmo com o foco de conseguir um serviço melhor, tendo assim que conciliar aprendizagem com trabalho:

Segundo as estatísticas anuais dos centros de emprego de 2011, a nível nacional, 704 633 desempregados encontravam-se inscritos nos serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, 2011), pelo que a formação é aqui reduzida, numa lógica utilitarista, a uma medida de combate a esses números (TÁVORA; VAZ; COIMBRA, 2012, p. 36).

Mediante a estes dados, com o objetivo de promover o acesso de desempregados em cursos profissionais, o governo (2013) desenvolveu o Programa de Vida Ativa, com encaminhamento rápido para que os desempregados começassem a desenvolver o seu processo de formação pouco tempo depois que se inscreverem no centro de emprego; estudando em período parcial para não prejudicar a procura por trabalho; e inseridos em percursos formativos com boas perspectivas de empregabilidade com níveis adequados de escolarização e experiência profissional (TÁVORA; VAZ; COIMBRA, 2012).

Entretanto alguns empecilhos estão transformando a Educação e Formação de Adultos em massificação e propaganda de governo. Segundo Távora; Vaz; Coimbra (2012) o papel principal de qualificação e formação individual está se deslocando e se tornando cada vez mais uma regulação social, intervindo em nível de empresas e da gestão global da sociedade.

Isto posto, é necessário ressaltar que a Educação e Formação de Adultos não se sucumbe a programas de formação de recursos humanos, e produção de capital, mas sim formação para democracia, autonomia, saúde e não devem ser formados para a produtividade econômica (TÁVORA; VAZ; COIMBRA, 2012).

Desta forma, para que não ocorra à distorção do verdadeiro objetivo de formar para conquistar, é necessário seguir projetos que busquem compreender e disponibilizar recursos suficientes para que adultos analfabetos possam ter sua adequada certificação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo discute a problemática de ser um adulto analfabeto na atualidade, não somente no Brasil, mas também em Portugal. Podendo afirmar que para ser um cidadão democrático e participante nas tomadas de decisões no século XXI é preciso ir além de saber somente escrever um bilhete simples; é necessário ter a devida compreensão dos fatos e ser capaz de discuti-los com êxito.

Com base nos estudos realizados notou-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil ainda possui uma deficiência relacionada à formação dos professores em sua prática educacional, onde os mesmos com somente sua formação gradual não tem experiências e estratégias suficientes para suprir as necessidades dos alunos adultos. E em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE) – 2001/2010; o mesmo não alcançou suas metas.

Toda via, em Portugal a Educação e Formação de Adultos (EFA) teve grandes impulsos relacionados a programas de formação como a RVCC através do S@ber+ no quadro da Iniciativa Novas Oportunidades, existindo em 2010 mais de 450 centros em escolas profissionais. E em relação à procura de estudos por adultos desempregados, foi criado o Programa Vida Ativa, que dava a oportunidade do adulto estudar em períodos parciais de forma que não prejudicasse a procura por emprego.

Desta forma, através de pesquisas de revisões bibliográficas relacionadas ao tema educação de adultos, este estudo teve como objetivo identificar a condução de políticas públicas brasileiras e portuguesas da atualidade, referentes à educação de adultos; descrever a legislação vigente no Brasil e em Portugal; apresentar dados históricos e estatísticos sobre o tema nos dois países; e por fim, analisar a atual situação da educação de jovens e adultos em ambas as regiões.

Dante dos diversos desafios, tais como a pandemia do COVID-19 e a suspensão das aulas presenciais não foram possíveis às buscas por informações através de entrevistas com alunos e professores da EJA. Desta forma, devida a distância entre ambos os países retratados, também não foi possível à realização de questionários por parte de profissionais da Educação e Formação de Adultos em Portugal.

Acredita-se que este estudo possa contribuir para uma melhor compreensão das trajetórias que a Educação e Formação de Jovens e Adultos enfrentaram durante muitos anos; as VI SIMGETI – Grupo Educacional Unis – Varginha, 23 e 24 de novembro de 2020 – ISSN: 2447-7303

dificuldades encontradas desde o princípio que impossibilitaram a expansão dos projetos de ensino e aprendizagem de adultos e os colocaram nas condições atuais.

Portanto, como sugestão para que os estudos futuros possibilitem uma evolução dessa pesquisa, acredita-se que uma abordagem ampla acerca dos novos programas de alfabetização de adultos seja possível de agregar novos conhecimentos e possibilidades.

Após concluir este estudo, comprehendi que a Educação de Jovens e Adultos vai além dos estereótipos conhecidos; desta forma foi possível acompanhar a evolução dos projetos de ensino e, infelizmente, os fracassos que os mesmo enfrentam. Entretanto, tenho a sensação de ter realizado um estudo de fundamental importância para o meu crescimento pessoal e profissional. Visto que tive a oportunidade de expandir meus conhecimentos sobre uma temática tão importante em diversas regiões e me sinto repleta de responsabilidades diante deste propósito.

ADULT LITERACY: reflections based on an exchange between Brazil and Portugal

ABSTRACT

This work addresses adult literacy through reflections based on an exchange between Brazil and Portugal; Such an approach is necessary due to the current world political scenario and the importance of adult literacy in any region, because through statistical data we understand the high percentage of illiterates today, and what are the disadvantages that this can bring to their existence and their territory. The purpose of this study is to identify the conduct of current Brazilian and Portuguese public policies, related to adult education, according to their historical trajectory. This purpose will be achieved through data collections that were carried out by searching and reading documentation and articles available for access on the internet and books. The study demonstrated that Youth and Adult Education (EJA) in Brazil still has a deficiency related to the training of teachers in their educational practice, where they with only their gradual training do not have enough experiences and strategies to meet the needs of adult



students. However, in Portugal Adult Education and Training (EFA) had great impulses related to training programs, in 2010 there were more than 450 centers in professional schools. It is believed that this theme may contribute to a better understanding of the trajectories that Education and Training of Youth and Adults faced for many years; the difficulties encountered since the beginning that prevented the expansion of adult teaching and learning projects and placed them in current conditions.

Keywords: Youth and Adult Education. Literacy. Brazil. Portugal

REFERÊNCIAS

BOEING, RosianiFabricia Ribeiro; et al. Políticas e programas de erradicação do analfabetismo no Brasil nas últimas quatro décadas. **Educere**, XII Congresso de Nacional de Educação. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21016_8895.pdf>. Acesso em 20 de abr. 2020.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p. 24-46, 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=13941247422853929660&hl=ptBR&as_sdt=2005>. Acesso em 17 de abr. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. **Guia do livro didático** – PNLD 2007. Brasília: MEC, 2006.

_____. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília: Moderna, 2019. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em 20 de maio 2020.

CAVACO, Carmen. Analfabetismo em Portugal – os dados estatísticos, as políticas públicas e os analfabetos. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 01, n. 02, p. 17 31, jul./dez. 2018. Disponível em



<<http://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/viewFile/6156/3924>>. Acesso em 30 de abr. 2020.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em 20 de maio 2020.

FREIRE, Ana Maria de Araújo. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1989.

GUIMARÃES, Paula. Educadores de adultos em Portugal: políticas fragmentadas, identidades em mudança. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 775-794, out./dez. 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a07.pdf>>. Acesso em 10 de abr. 2020.

LIMA, Licínio C; Paula, GUIMARÃES. Lógicas políticas da educação de adultos em Portugal. **Cadernos de Pesquisa**, v.48, n.168, abr.jun. 2018.

MELO, César Henrique de; SANTOS, Álvaro da Silva; MARTINS, Niura Sueli de Almeida. Educação de jovens e adultos: perfil dos professores e alunos numa escola pública. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, vol. 3, núm. 2, maio-agosto, 2015, pp. 63-68. Disponível em <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/4979/497950365002/html/index.html>>. Acesso em: 13 de jun. 2020.

PIERRO, Maria Clara di. A educação de jovens e adultos no plano Nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300015&script=sci_abstract&tlang=pt>. Acesso em: 13 de jun. 2020.

REZENDE PINTO, José Marcelino de; et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set-dez. 2000.

TÁVORA, Antónia; VAZ, Henrique; COIMBRA, Joaquim. A(s) crise(s) da educação e formação de adultos em Portugal. **Saber e Educar** 17/2012. Educação em Tempo de crise. Disponível em <<http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/10>>. Acesso em: 16 de jun. 2020.